



PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM – GRADUAÇÃO EM DIREITO

**PRÁTICA JURÍDICA REAL I**

**Carga horaria: 160 horas - Estrutura curricular 2021 - 7º Período**

**EMENTA**

Trabalhos práticos orientados na área de direito de família; sucessões e consumidor. Analisar situações concretas que possibilitem o conhecimento da prática civil.

**OBJETIVO GERAL**

Descrever, de forma crítica, as relações jurídicas que se estabelecem em função de um processo judicial, compreendendo os efeitos dela decorrente.  
Interpretar as decisões judiciais proferidas em processos cíveis.  
Analisar as situações concretas para possibilitar o conhecimento da prática do processo civil em seus diferentes procedimentos, exercitando o pensamento racional e lógico na formulação das respostas.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Fornecer subsídios para o acadêmico na elaboração de peças processuais;

Fornecer subsídios para o futuro profissional de direito elaborar vários tipos de recursos, em várias instâncias, bem como o respectivo acompanhamento em todas as esferas do Poder Judiciário, abordando questões práticas das diversas modalidades recursais, bem como devem ser redigidas as peças;

Conciliar a teoria acadêmica com a prática da advocacia cível, oferecendo intercâmbio do ensino teórico com a efetiva orientação e prática nos casos concreto propostos;

Orientar o futuro profissional quanto à responsabilidade ética na prática forense;

Orientações gerais quanto ao correto comportamento em Fóruns e Tribunais, com acompanhamento dos recursos, bem como sessões no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;



x

### ATIVIDADES DISCENTES

Alertar o futuro profissional para a vital importância quanto aos cumprimentos de prazos processuais aplicáveis aos casos propostos em sala de aula.

### RECURSOS DIDÁTICOS

### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

- Identificar a competência para o caso concreto;
- Relacionar a questão fática ao direito material aplicável ao caso concreto;
- Aplicar os conteúdos de direito material e processual no estudo de casos concretos;
- Escolher dentre os procedimentos cabíveis no processo de conhecimento trabalhista o Adequado ao caso concreto;
- Aprender a realizar pesquisa doutrinária e jurisprudencial adequada;
- Compreender a inter-relação entre disciplinas jurídicas;
- Desenvolver a capacidade de raciocínio jurídico e reflexão diante da situação problema.
- Analisar a relação fato/valor e norma contida na questão;
- Pesquisar doutrina e jurisprudência contextualizadas;
- Desenvolver o raciocínio lógico jurídico;
- Desenvolver visão crítica e analítica do fenômeno jurídico;
- Adquirir habilidade de argumentação;
- Adquirir o domínio do instrumento processual;
- Desenvolver as competências necessárias para a redação técnica das peças processuais.

### TEMAS TRANSVERSAIS

Intercomplementaridade, via conteúdo programático, pelo domínio de conceitos jurídicos fundamentais, comuns aos diversos componentes curriculares do curso superior de graduação em Direito, tais como Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Processo, Direito Constitucional, Direito Civil, Empresarial, assim como desenvolver habilidades e competências comuns aos diversos ramos do saber jurídico, tais como: domínio de normas técnico-jurídicas, de tecnologias e métodos; raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica; leitura, compreensão, interpretação e aplicação do Direito; utilização adequada da legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito; julgamento e tomadas de decisões apropriadas etc.

### CONTEÚDOS

2



**CESV**

**• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •**

**UNIDADE 1 – ORIENTAÇÕES GERAIS.** Explicação do Procedimento Comum Ordinário. Documentação necessária à propositura de uma ação judicial. Requisitos de uma petição inicial. Elaboração de uma petição inicial.

**UNIDADE 2 – FASE INICIAL DA AÇÃO CÍVEL.** Despacho do juiz solicitando Emenda à Petição Inicial. Elaboração da Petição Interlocutória. Da resposta do requerido. Elaboração de uma Exceção de Incompetência. Elaboração de uma Contestação. Elaboração de uma Impugnação à Contestação.

**UNIDADE 3 – TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO E AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.** Explicação sobre a Audiência Preliminar. Despacho Saneador. Simulação de uma Audiência de Instrução e Julgamento. Elaboração de uma Sentença Homologatória.

**UNIDADE 4 – DOS RECURSOS.** Fase decisória. Eficácia da sentença e tipos de sentença. Coisa julgada e preclusão. Procedimento recursal. Dos recursos da apelação. Dos embargos de declaração. Agravo de instrumento. Do agravo interno. Do recurso ordinário. Do recurso extraordinário e do recurso especial. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. Do agravo em recurso especial e extraordinário. Dos embargos de divergência.

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas; trabalhos individuais e em pequenos grupos; atividades de estudo acadêmico orientado, estudo de casos práticos, atividades prático profissionais. Debates de temas vigentes e expositores *externa corporis*.

### ATIVIDADES DISCENTES

Leitura e análise crítica de textos indicados pelo professor

Atividades escritas

Pesquisas

Análise e solução de casos simulados e possíveis casos reais (jurisprudências)

Realização das avaliações

Cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega de atividades acadêmicas

### RECURSOS DIDÁTICOS

Utilização do quadro.

Utilização de livros, apostilas, textos avulsos, imagens

3



**CESV**

**• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •**

Data show

Reportagens das mídias em geral

## AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de provas escritas e trabalhos, denominadas **AV1**, **AV2** e **AV3**, sendo considerada a média das duas melhores notas e descartada do cômputo a menor nota entre as 3 (três) avaliações.

Observada a média 6,0 (seis) pontos para aprovação.

As avaliações denominadas Av1, Av2 e Av3 terão pontuação 10 (dez), distribuídas da seguinte forma:

**AV1:** prova avaliativa valendo 8 (oito) pontos, e trabalho(s) (oficinas, apresentações, resenhas e exercícios) avaliativo(s) valendo 2 (dois) pontos.

**AV2:** prova avaliativa valendo 8 (oito) pontos, e trabalho(s) (oficinas, apresentações e exercícios) avaliativo(s) valendo 2 (dois) pontos.

**AV3:** prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos.

Abrangência da avaliação: **Av1** – Matéria primeiro bimestre, **Av2** – matéria segundo bimestre e **Av3** – matéria do primeiro e segundo semestre.

Considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que obtiver a média final inferior a **6 (seis) pontos**.

Ainda, considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas para a disciplina, ressalvado o disposto no § 1º do art. 92 do Regimento Interno da IES.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, J. B. Torres de. **Manual de prática forense**. São Paulo; RCN, 2005

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 11 ed. São Paulo- Saraiva- 2014

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, 1: Teoria Geral do Direito Civil. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FRANCO, Paulo Alves. **Petições Cíveis Anotadas**. São Paulo. Servanda, 2006.

4